

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.10.2015

Exmo. Sr. Presidente,  
Caros colegas:

Com a instabilidade da economia mundial, a desaceleração da economia do Interior da China e a concorrência das regiões vizinhas, o sector do jogo em Macau revela algum enfraquecimento. Em Setembro passado, a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ) divulgou as receitas brutas do jogo do referido mês, registando dezassete mil cento e trinta milhões de patacas, um diminuição de 33% em comparação com o período homólogo, sendo este o 16.º mês consecutivo das descidas das receitas do jogo. Com a diminuição constante das receitas brutas do jogo, a economia de Macau enfrenta novos desafios, nomeadamente, o caso da sala VIP “Dore”. Este caso levou a sociedade a ficar bastante preocupada com o funcionamento dos promotores do jogo das salas VIP.

A empresa promotora de jogo “Dore” foi furtada, levando a perdas das vítimas que depositaram dinheiro na sua sala VIP. Este caso demonstra os problemas relacionados com o capital e a gestão das salas VIP, bem como as zonas cinzentas do seu funcionamento. Este tipo de funcionamento já existe há muito tempo, mas existem riscos e falhas a que devemos dar importância.

Actualmente, as receitas brutas do jogo equivalem a 80% das receitas totais do Governo e mais de 50% deste número provém das salas VIP. Estas estão dependentes do fluxo de capitais e, se agora grande parte das pessoas retirar o investimento feito nas salas VIP, isto irá afectar ainda mais estas salas, que já têm os seus negócios em recessão, afectando ainda mais o sector do jogo e a economia de Macau. O sector VIP não espera que as pessoas retirem o capital investido, pois quer ter um desenvolvimento estável, e não deseja que o referido caso afecte todo o seu funcionamento, crédito e imagem.

Pelo exposto, apresento as seguintes opiniões e sugestões, com base na análise por mim efectuada sobre as opiniões do sector:

1. Elevar o patamar para a autorização da exploração de salas VIP, procedendo-se a uma verificação rigorosa dos titulares das respectivas licenças de exploração, nomeadamente, quanto aos bens que possuem, reputação e *background*, por forma a assegurar, a partir da fonte, o desenvolvimento saudável e a longo prazo da actividade em causa.

2. Exigir aos promotores de jogo a utilização de um sistema de contabilidade completo e fiscalizar rigorosamente as suas actividades, a fim de elevar o respectivo grau de transparência. Para além disso, é ainda preciso colmatar as lacunas existentes, preencher as insuficiências e regular o que for necessário.

3. Reestabelecer o Conselho Consultivo de Jogos. Equacionar a hipótese de organizar operadores do sector, especialistas, académicos e individualidades dos

diversos extractos sociais para, em conjunto, supervisionar e regular o desenvolvimento do sector do jogo.

Reitero aqui a necessidade de colmatar as lacunas existentes nas leis, apelando ao Governo para comunicar de forma plena e efectiva com os operadores do sector, para se inteirar do seu funcionamento na prática, bem como dar peso às opiniões manifestadas pelo sector quanto à alteração da legislação.

Obrigado, Sr. Presidente!

## IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.10.2015

Fazendo uma retrospectiva das últimas duas sessões da V Legislatura, podemos afirmar que o Governo tem melhorado a vida dos residentes e elevado significativamente a eficiência, o que nos leva a concluir que tem capacidade e vigor para governar bem Macau, no entanto, tem de resolver, com premência e quanto antes, os velhos e novos problemas decorrentes da desactualização das leis e dos 16 meses de queda consecutiva das receitas do jogo. Com efeito, e tendo por referência as experiências das regiões vizinhas, isto requer um bom ambiente jurídico, educação patriótica e bons governantes. Por isso, para resolver os actuais e futuros problemas, há que proceder à reforma das leis e dos mecanismos de ensino, bem como que criar um ambiente propício para a formação contínua de talentos que amem a Pátria e Macau para a equipa governativa.

### 1. O impacto da omissão administrativa nas relações legislativas e governativas

Através da Lei Básica, a Pátria e o Governo Central architectaram cautelosamente o sistema político com predominância do poder executivo, que tem por núcleo o Chefe do Executivo, traduzido num mútuo apoio e num “*check and balance*” entre os poderes executivo e legislativo, isto é, os Deputados apoiam, articulam, fiscalizam e supervisionam as actividades governativas. Nas relações entre os órgãos legislativo e executivo existe ainda margem para melhorias, especialmente no que se refere à vertente da fiscalização e supervisão, e o que mais angústia causa aos deputados e que mais se afasta dos anseios dos residentes é a inacção de alguns governantes, os quais dependem da piedade e da não aplicação rigorosa do regime sancionatório por parte do Governo. Não acatam ordens nem cumprem leis, menosprezando até as competências de fiscalização dos deputados, o que afecta gravemente a credibilidade e autoridade do Governo e prejudica os direitos e interesses dos residentes. É manifestamente fraca a consciência do amor à Pátria e a Macau desses governantes, bem como a falta de amor aos residentes. No fundo, isto deve-se aos seus insuficientes conhecimentos sobre o princípio “um país, dois sistemas” e a Lei Básica, pois basta que se dediquem de coração aos residentes e se esforcem por granjear o seu reconhecimento e apoio para que se possa evidenciar a utilidade da predominância do poder executivo e da tradição “um país, dois sistemas”.

### 2. Tirar proveito da história, promover, plenamente, a educação nacional, e minimizar os conflitos sociais

O fracasso registado há vários anos na eficiência de administrativa lesou os interesses dos cidadãos e a RAEM sofreu um grande choque. Já se passaram quase 16 anos desde a transferência de soberania, todos reconhecem e apoiam o Governo, mas apareceram, neste entretanto, vários problemas que não podemos menosprezar, por exemplo, a grave desactualização das leis, que levou ao aparecimento de diversas situações legais mas irracionais, que geraram um caos constante na sociedade. Continua em falta uma proposta de lei para otimizar a

protecção dos jovens contra o abuso sexual e o atentado ao pudor. Mais ainda, segundo um relatório, só 27% dos jovens e estudantes (entre os 18 e 29 anos) consideram que é necessário promover a educação nacional. Isto revela que existe ainda uma grande falha do Governo na promoção desta vertente. As referidas situações demonstram que alguns dirigentes ou cidadãos, sobretudo os jovens, não conhecem bem o conceito da predominância do poder executivo e o princípio “Um país, dois sistemas”, e evidenciam ainda que é necessário elevar a idoneidade cívica bem como consciencializar a população para amar a Pátria e Macau. O Governo da RAEM deve tirar proveito das lições da história e aproveitar o timing dos 120 anos de comemoração da Guerra Jia Wu e do 70.º Aniversário da Vitória do Povo Chinês na Guerra contra o Japão, para com base nas experiências e nos ensinamentos, reforçar o ensino sobre o amor à Pátria e a Macau e os trabalhos de sensibilização no âmbito dessas matérias.

O desenvolvimento e a concretização do ensino do patriotismo vão, sem dúvida, contribuir para, a par do avanço social, elevar a inteligência da população. O aumento acentuado das solicitações da população demonstra também alguma da realidade do que se passa em Macau. Por isso, ajudar a população a resolver as dificuldades é também alicerce para Macau conseguir alcançar um desenvolvimento social harmonioso e estável. Os deputados têm de apreciar, com todo o rigor, as propostas e projectos de lei e de salvaguardar o interesse público, e devem tirar proveito da história e das experiências. Nas actividades governativas e nos problemas que têm a ver com a vida da população, não devem discordar só porque discordam, nem concordar só porque concordam, devem é facultar ao Governo soluções viáveis, e quando se fiscaliza as práticas do Governo para prevenir os erros, salvaguardando que este governe de acordo com a lei, os deputados devem assumir a mesma atitude empregue na concretização da Lei Básica, sem deixar de assimilar o conceito “dois sistemas” a partir do pressuposto “Um país”, e quanto aos dirigentes, têm de ter paciência para ouvir as opiniões dos cidadãos e de aproveitar as novas formas de pensar para resolver os problemas da população.

## **IAOD do Deputado Kou Hoi In em 16.10.2015**

Este é o ano da realização dos objectivos traçados no 12.º Plano Quinquenal, e o 13.º Plano Quinquenal também se encontra em elaboração. O 12.º Plano Quinquenal atribuiu a Macau o posicionamento de “um centro, uma plataforma”, mas, pelos vistos, o Governo da RAEM ainda não definiu para Macau, conforme esse posicionamento, um plano director para o seu desenvolvimento económico, nem tem planos claros.

Em Macau, há que seguir o princípio “um país, dois sistemas”, implementar integralmente a Lei Básica e manter, durante 50 anos, o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes. Para o sucesso da sua implementação, deve-se criar um ambiente saudável de investimento e de negócios.

Em Macau, o ambiente de investimento está condicionado por algumas políticas e leis, e os procedimentos administrativos são longos e complexos. A Lei das relações de trabalho, o regime de tempo parcial, o problema relativo aos motoristas estrangeiros e o licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas são factores que incomodam muito a parte patronal e que criam um ambiente desvantajoso para negócios. Isto afecta as tendências de investimento e o desenvolvimento de todos os sectores.

Apelo aos responsáveis de todas as Secretarias e serviços do Governo para que tenham um rumo geral de trabalho aquando da revisão legislativa e da elaboração de leis, regulamentos e medidas administrativas, para que Macau possa ter um melhor ambiente de negócios e, por conseguinte, um maior espaço e melhores perspectivas de desenvolvimento para os diferentes sectores. Sem esse rumo geral, ao depararmo-nos com uma situação de descida das receitas do jogo e da economia como agora, é difícil a adaptação da sociedade. Na actual situação económica, apenas se vê a prosperidade do desenvolvimento no sector do jogo, mas verifica-se uma constante contracção das PME locais, e mesmo algumas foram eliminadas do mercado. O Governo sugere a diversificação económica, por isso, é necessário proporcionar mais espaço de desenvolvimento para as PME, para poderem ser um sector de actividade que contribua para essa diversificação, preservando também as características de Macau.

Tendo em conta o posicionamento de Macau como “um centro e uma plataforma”, é necessário que haja um plano e a reflexão do Governo sobre o tipo de talentos de que ele e determinados sectores de actividade necessitam, para depois proceder-se à formação, preparação e importação desses quadros, de acordo com as necessidades de desenvolvimento. Por isso, o Governo deve reflectir e planear a formação de talentos, e também estudar as medidas, políticas e medidas legislativas complementares para criar as condições necessárias para atrair o regresso de talentos locais que estão no exterior, constituindo uma reserva de quadros qualificados como base sólida para o futuro desenvolvimento de Macau.

## **IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 16.10.2015**

### **O essencial da governação segundo a Lei é aplicar as leis de forma não selectiva**

Neste mês de Outubro, têm sido cada vez mais notórios os conflitos e incidentes, por exemplo, com a Dore, as habitações em construção do Pearl Horizon, e o sorteio para a habitação económica. Os envolvidos resolveram manifestar-se, e já há quem classifique este mês de “mês das manifestações”. Trata-se de um direito dos cidadãos. O Governo governa de acordo com a Lei, e perante este tipo de situação, é essencial que isso seja feito e que não se aplique a lei de forma selectiva.

O caso Dore não surgiu num dia. Algumas salas VIP angariam dinheiro através de várias formas, em alguns casos o título é “depósito”, caso da Dore, e noutros pode ser “capital” ou “mútuo”. De facto, assegura-se retorno elevado e os depósitos acabam por ser absorvidos. Qualquer cidadão comum conhece este tipo de manobra, então, serviços como a Inspeção de Jogos e a AMCM só ficaram a saber disso após o incidente?

Após o incidente da Dore, a Inspeção de Jogos apenas realçou que, de acordo com o Regime Jurídico do Sistema Financeiro, apenas as instituições de crédito autorizadas podem receber depósitos do público; os juros do mútuo não podem ser superiores ao triplo dos juros legais; e o acto de as salas VIP angariarem depósitos do público viola o direito penal. Todos aqueles que têm poucos conhecimentos financeiros sabem disto. Mas quando estão em jogo interesses próprios, há quem goste de agredir e há quem goste de ser agredido. Os depósitos e empréstimos das salas VIP têm sido um segredo público. Só que raramente acontecem problemas graves em tempo de prosperidade. O Governo nunca divulga a legislação sobre esta matéria, e nem sequer procede à execução da lei e à fiscalização de acordo com o regime vigente. Quando surgem problemas, é sempre posta em causa a lei, e pede-se a sua revisão. Parece que todos os problemas se devem à Lei. De facto, a lei devia ter sido rigorosamente executada e não aplicada de forma selectiva, e devia ter-se procedido ao reforço gradual da eficiência dos regimes legais, o que permitiria uma institucionalização da lei, a generalização do espírito do Direito, e o seu normal cumprimento por parte da sociedade. Se isto tivesse sido feito, o Governo deixaria de se ver obrigado a actuar como uma ama perante este tipo de casos, por exemplo, nos “depósitos e levantamentos de dinheiro” e “empréstimos e reembolsos”.

O caso do Pearl Horizon continua em contínua fermentação. Recentemente, os meios de comunicação social escreveram muito sobre a “lenda Polytec”, revelando os métodos fraudulentos a que o Grupo Polytec recorreu, mais uma vez. O próprio processo de transformação do parque de indústria têxtil de 18 hectares em habitações de luxo criou o “Mito de Macau”. E para dar continuidade a este “Mito”, o empreiteiro alega que os relatórios de impacto ambiental e a autorização de plantas estão a atrasar todo o processo, passando toda a responsabilidade

para o Governo. Será que o empreiteiro não necessita de cumprir a lei, preocupando-se apenas em enriquecer, ignorando a sua responsabilidade social e os legítimos direitos e interesses dos proprietários? O Governo da RAEM não deve aplicar a lei de forma selectiva, deve sim, pelo contrário, clarificar quanto antes as responsabilidades nos termos legais, e tendo em conta o interesse do público, encontrar formas de resolução adequadas, em prol da salvaguarda dos legítimos direitos e interesses dos grandes e pequenos proprietários.

A taxa de desocupação das habitações públicas é alta e é grande a concorrência no novo sorteio das habitações económicas. A retoma dos terrenos por aproveitar para a construção de habitações públicas é como matar a fome desenhando um bolo. O Secretário Raimundo Rosário disse há dias que não há terrenos para construir habitações públicas, e que está no cargo há 10 meses e ainda não conseguiu reaver nem um terreno. Os residentes continuam amargamente à espera, sem prazos, portanto, a insatisfação é inevitável. A lei da habitação económica foi revista há pouco tempo, e mesmo que volte a sê-lo, não vai ser possível resolver o problema fundamental de “muitos bonzos para pouca canja”. Como se vai promover e concretizar o princípio da habitação social assumir o papel principal e a económica o secundário, consagrado na política de habitação, vai ter implicações para o prestígio do Governo. Trata-se pois de uma prova para testar a paciência, para ver se é possível governar aplicando a lei de forma igual para todos.

O Estado de Direito é a pedra basilar da governação segundo a lei, nomeadamente, para a aplicação justa das leis. O mais importante de tudo para os residentes, investidores do exterior, etc. é que se governe segundo a lei, que haja igualdade para todos e que a lei não seja aplicada de forma selectiva.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2015

Um relatório, divulgado há dias em conjunto pela Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas e pelo Centro de Pesquisa Global de Turismo sobre a tendência anual de turismo na Ásia, refere que Macau é um bom exemplo de cidade turística, em que os visitantes registados anualmente são cinco vezes mais do que os residentes. Esta avaliação para o desenvolvimento turístico de Macau é positiva, mas este sector obtém tal elogio por ser beneficiado pela prosperidade do sector do jogo. Mas os transportes, a necessidade de redireccionar os turistas, as atracções turísticas e a capacidade aceitável da cidade, etc., são ainda alvo de críticas dos visitantes. O Governo deve rever as insuficiências, e definir e ajustar as políticas do desenvolvimento turístico para manter as vantagens turísticas de Macau.

O turismo é um dos sectores mais importantes em Macau, e o Governo Central depositou uma grande expectativa na construção de Macau como “centro mundial de turismo e lazer”. Antes, o Governo lançou muitas medidas para aperfeiçoar os serviços turísticos, tais como: redireccionar os visitantes, sentir Macau passo-a-passo, roteiros turísticos, etc., mas essas medidas não conseguem atrair os turistas, por falta de publicidade e insuficiência de instalações complementares, os quais continuam a concentrar-se nos pontos turísticos. Para além disso, de acordo com os dados estatísticos do ano passado, os visitantes pernoitam em Macau apenas 1,4 noites, o que demonstra que os elementos não ligados ao jogo para atrair turistas não são muitos, em comparação com Hong Kong e Taiwan, e, nestes aspectos, Macau ainda tem grande margem para melhorar.

Os dirigentes do Governo Central já afirmaram várias vezes que Macau “tem de ter sentido de perigo, estar preparado para quaisquer adversidades e implementar a diversificação da economia”. O sector do jogo entrou em fase de ajustamento e o Chefe do Executivo referiu recentemente que vai incentivar e promover a construção de mais instalações que não tenham a componente do jogo, com vista a construir Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer. Assim, os serviços competentes devem recolher mais opiniões dos visitantes, com vista a melhorar as actuais instalações turísticas para tirar melhor proveito da sua utilidade, redireccionando o número de turistas para diversas zonas. Devem ainda aumentar as componentes não jogo, promover o turismo que não engloba o jogo e planear roteiros turísticos culturais adequados às famílias, para enriquecer as especificidades e aumentar a atractividade de Macau. Ao mesmo tempo, devem ainda reforçar e melhorar os transportes terrestres, marítimos e aéreos, e os serviços prestados ao nível do turismo, aumentando assim a capacidade de recepção de visitantes, pois só assim é que estes vão permanecer mais tempo em Macau e se consegue diversificar a sua proveniência. Recentemente, o Director-Geral da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas afirmou que, para melhor benefício, Macau deve desenvolver o seu turismo para o exterior. Assim, os serviços competentes devem aprofundar o estudo sobre o

melhoramento do mecanismo de cooperação com Cantão e Hong Kong sobre “uma viagem turística que engloba vários locais”, assim como participar activamente na estratégia de “uma faixa, uma rota”.

Mais, espero que os serviços competentes possam estar em consonância com o rumo do desenvolvimento da população de Macau e com o planeamento urbanístico, avaliando globalmente a capacidade de acolher turistas nas respectivas zonas e se as instalações do turismo de lazer são suficientes ou não, para promover o “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo”, tendo como objectivo o desenvolvimento sustentável e a manutenção da vantagem da indústria turística de Macau.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.10.2015**

O Regime Jurídico do Salário Mínimo entra em vigor no próximo ano. Já no início do processo legislativo, destaquei várias vezes que, devido à insuficiência na regulamentação de apoio à administração predial e propriedade horizontal, uma legislação apressada só ia causar descontentamento social, sobretudo dos pequenos proprietários, com repercussões negativas em cadeia.

Ainda faltam mais de 2 meses para a entrada em vigor da referida lei, e começaram já a surgir alguns dos problemas que nos preocupavam. Segundo vários proprietários, já muito antes da entrada em vigor do salário mínimo, as principais empresas de administração predial apressaram-se a aumentar o montante do condomínio, entre 40 a 50% no mínimo, e até o triplo ou quádruplo em alguns casos, o que é realmente chocante. Enquanto pequenos consumidores, a maioria dos pequenos proprietários considera que é inaceitável um aumento significativo do condomínio, uma vez que não houve melhoria na qualidade da administração. Este descontentamento tem vindo a agravar-se, e transformou-se em opinião colectiva. Para além disso, trata-se de um aumento inoportuno para as famílias carenciadas.

O salário mínimo não é apenas uma questão de natureza laboral, tem também implicações para inúmeras famílias. Nos termos da proposta de lei, o salário mínimo é fixado em 30 patacas por hora e 6240 patacas por mês. Para os pequenos proprietários, é compreensível as empresas de administração predial fazerem recair sobre eles o aumento para cobrir a diferença até ao salário mínimo, no caso dos trabalhadores de limpeza e de segurança. Mas algumas empresas alegam o salário mínimo para aumentar todos os seus trabalhadores e fazem recair os respectivos encargos sobre os pequenos proprietários, isto é compreensível?

A gestão dos edifícios é complexa e continuamos sem um regime de gestão das partes comuns das fracções autónomas e sem um regime jurídico da administração predial. Devido às deficiências jurídicas neste âmbito, surgem sempre conflitos e a qualidade dos serviços é muito variável, portanto, são muitos os condóminos descontentes, pois esta situação nunca foi devidamente resolvida. E agora, com o eventual aumento das despesas de condomínio, é estar a deitar lenha para a fogueira. É natural que os condóminos em geral não tenham vontade de ver esta lei a ser aplicada pois vão ter de pagar mais, não é assim? Se as empresas de administração predial não conseguirem cobrar as despesas de condomínio por causa de conflitos ou disputas, vão com certeza deixar de assumir as suas responsabilidades, o que vai resultar num vazio e em vários problemas, incluindo cortes da água e da electricidade e problemas com a segurança e higiene. É este o novo impacto que os moradores vão ter de aguentar.

Falta pouco tempo para a lei entrar em vigor. Espero que o Governo se prepare e que acelere o processo legislativo dos dois diplomas complementares, do regime de gestão das partes comuns das fracções autónomas e do regime jurídico da administração predial, para que estes entrem em vigor ao mesmo tempo que a lei do salário mínimo, com vista a reforçar a fiscalização das empresas de administração predial e a regularizar a fiscalização aos edifícios e as relações entre estas empresas e os condóminos. Proponho a criação duma equipa de coordenação composta pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), Instituto de Habitação (IH), etc.. É ainda necessário estabelecer mecanismos para o tratamento de situações de crise que possam vir a ocorrer na administração predial, devido ao aumento das despesas de condomínio, permitindo aos serviços competentes uma intervenção rápida, evitando o agravamento dos problemas e garantindo que os moradores vivam felizes.

## IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 16/10/2015

Com a publicação dos resultados do sorteio das 1900 habitações económicas de várias tipologias, respeitantes à candidatura de finais de 2013, a construção e atribuição destas voltaram a captar a atenção da sociedade. O problema da habitação tem sido sempre uma preocupação para toda a gente, o que levou o Governo a eleger como princípio das LAG “ter por base a população”, e a conceder apoio adequado às classes fragilizadas, através de uma correcta política redistributiva dos recursos, com vista à igualdade social, e a resolver, apesar dos limitados recursos de solos, os problemas de habitação dos residentes.

O artigo 3.º do Capítulo I da Lei n.º 10/2011 (Lei da Habitação Económica) prevê expressamente que “*A habitação económica é complementar do mercado privado de habitação e da política de habitação social*”, complementaridade esta que não sofreu qualquer alteração no relatório sobre a consulta relativa à revisão da lei em causa, confirmando-se assim que a política de habitação pública reconhecida pelo Governo, Assembleia Legislativa e grande maioria dos residentes e que tem por base a complementaridade entre a habitação económica e a habitação social, se destina a resolver prioritariamente os problemas de habitação dos residentes. Por isso, o princípio “habitação para todos e bem-estar para todos”, defendido pelo Governo nas LAG, e a política de complementaridade entre a habitação económica e a social coadunam-se com a realidade social, portanto, é através da convergência de esforços da sociedade que esse desiderato se materializa.

É também necessário proceder à revisão da Lei da Habitação Social e da Lei da Habitação Económica e incluir o agrupamento dos candidatos por rácio dos agregados, com vista a melhorar a atribuição das fracções e regulamentar a saída dos agregados familiares em situação económica favorável da sua habitação social. Por outro lado, a “nova tipologia de habitação pública”, que vai ser estudada no futuro e que visa resolver os problemas habitacionais de determinado grupo social, é uma medida que corresponde à política do Governo sobre a rentabilização dos recursos e o alargamento da cobertura da política habitacional. A esse respeito, há que ter primeiro em conta o apoio aos jovens, que estão fora do âmbito da actual política de habitação, os recém-casados e as camadas da população com rendimentos médios, resolvendo assim os seus problemas com a habitação. Deve haver um mecanismo para que estes indivíduos possam sair da fracção onde habitam, quando reunirem condições que lhes permitam melhorar as suas condições de habitação, de forma a que os recursos de habitação social possam ser redistribuídos e mais bem aplicados. Trata-se de uma política que está já definida para a habitação social, e as autoridades devem continuar a estudar e a reflectir sobre a forma como esta pode ser mais bem aplicada.

Mais importante ainda, são os estudos sobre a política de habitação, que devem ser reforçados para que possam ser definidas políticas melhores e de longo prazo. A relação estreita entre as habitações públicas e as privadas e as

variações quer nos preços quer na oferta e na procura constituem factores que podem influenciar a aquisição de imóveis, portanto, os estudos e análises sobre o mercado devem ser realizados de forma contínua. A oferta de habitação pública está também relacionada com a estrutura e política demográficas, pelo que os estudos a realizar devem ter em conta diversos aspectos, para que as políticas de habitação pública resultantes correspondam melhor à realidade social.

É evidente que, do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade em geral, as finalidades de aproveitamento dos terrenos devem satisfazer as diferentes necessidades em diferentes fases. Neste momento, conseguir uma habitação própria é assunto de grande importância para a nossa sociedade de hoje, devendo ser um assunto a considerar com prioridade pelas autoridades. Porém, devido à carência de recursos de terrenos em Macau, deve-se também definir antecipadamente medidas para a constituição duma reserva de terrenos para suporte ao desenvolvimento económico a longo prazo. Para que o desenvolvimento geral de Macau seja sustentável, é necessária a coordenação entre as políticas de terrenos e de habitação, tendo em conta o desenvolvimento económico, reflectindo-se sobre a realidade em geral do território de Macau.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.2015**

Há dias, o Instituto de Habitação publicou a lista elaborada por sorteio com a ordenação dos candidatos às diferentes tipologias de habitação económica, mas não foi possível agradar a todos. Eram mais de 40 mil os agregados familiares para 2 mil fracções, portanto, é natural que a grande maioria tenha ficado desapontado. Segundo vários dos que não foram sorteados, vão ter de continuar a suportar rendas elevadas, portanto, esperam que o Governo construa, quanto antes, mais habitação económica, para lhes proporcionar mais oportunidades de compra.

Nestes últimos anos, o preço das casas aumentou rapidamente, tem sido forte a procura de habitações públicas e grande a falta de oferta. Segundo as estatísticas, entre 2007 e Abril deste ano, foram construídas apenas 16 407 habitações públicas, 7981 sociais e 8426 económicas, mas como a procura é maior do que a oferta, a maioria dos candidatos só pode entrar na corrida”. Para além disso, não é satisfatório o andamento da construção das 19 mil fracções de habitação pública e das pós-19 mil, a maioria delas só vai ser concluída no 2.º trimestre de 2017 ou depois disso, e algumas delas nem têm data de conclusão prevista. Assim, os residentes que se comprometeram a comprar uma habitação económica ou que estão na lista de espera por uma habitação social vão ficar indefinidamente à espera de casa, o que vai resultar num aumento da indignação e do descontentamento social.

Como a oferta de habitação pública é insuficiente, os residentes não conseguem arrendar nem comprar casa, as habitações económicas deixam de assumir a função de controlo do mercado imobiliário, os preços no mercado privado mantêm-se elevados e os residentes não conseguem suportá-los, por isso, só lhes resta recorrer à habitação pública, aumentando ainda mais a procura.

Para resolver o problema da habitação há que aumentar a oferta de habitações públicas, o Governo deve acelerar os respectivos projectos de construção, em especial eliminar os obstáculos dos projectos que estão suspensos, a fim de evitar atrasos consecutivos; deve definir planos para a construção de cerca de 6 mil habitações públicas, a fim de permitir que os residentes tenham uma perspectiva da oferta e evitar as preocupações resultantes da procura constante; e, através da política “terras de Macau para as gentes de Macau”, reservar terrenos para a construção de habitação pública, a fim de satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes.

Com vista a acelerar o processo de apreciação e a reduzir o tempo de espera, o Governo alterou o regime do concurso para a habitação económica, que agora começa pelo sorteio. Espero que as entidades competentes acelerem os trabalhos de apreciação seguintes e a distribuição das habitações, para que os

residentes que já estão há muito tempo na lista de espera consigam casa o mais breve possível.

## IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 16.10.2015

Nestes 15 anos que se seguiram ao retorno à Pátria, Macau desenvolveu-se rapidamente, no entanto, são graves os atrasos na definição e revisão das leis, muitas leis importantes estão em vigor há 20 ou 30 anos, algumas delas já estão desactualizadas há muito tempo, o que restringe o nosso desenvolvimento social e económico.

Neste momento, são as diferentes Secretarias que definem as suas leis, os diversos serviços administrativos apresentam propostas legislativas ou de revisão legislativa tendo apenas em conta as suas necessidades, falta a coordenação, e não é ponderada a premência das propostas, é assim que o Governo desenvolve o seu trabalho legislativo, não conseguindo portanto responder atempadamente às exigências da vida da população.

Face à desactualização das leis e à necessidade de elevar a qualidade e a eficácia legislativa, na minha opinião, é de todo necessário proceder à reforma do modelo de produção legislativa, e definir um mecanismo de coordenação central. Apresento então as seguintes sugestões:

1. Definir regulamentação clara para o processo legislativo, com vista a elevar a qualidade e a ter em conta a premência das leis. As leis devem ser definidas com base na sua premência, e com vista a fazer bem o seu trabalho diálogo e coordenação, o Governo deve ouvir a Assembleia Legislativa e auscultar as opiniões da sociedade.
2. Criar um regime para a elaboração dos planos legislativos, regulamentando a recolha, fundamentação, determinação, alteração, aplicação, etc. das propostas de lei, dando atenção à necessidade e viabilidade das mesmas e reforçando o rigor dos planos legislativos, por forma a acabar com a situação de cada serviço actuar à sua maneira e com a falta de ordem na execução dos planos legislativos.
3. Criar um regime que defina uma forma única a para a apreciação das propostas de lei e um órgão de coordenação com vista a uniformizar a elaboração dos planos legislativos e a apreciação das propostas de lei, conferindo-lhe poder de decisão para resolver os problemas das Secretarias mais independentes, as dificuldades de coordenação e a situação em que se encontram os serviços públicos.

Espera-se, com o reforço da capacidade de coordenação da produção legislativa e da formação do pessoal que elabora leis, conseguir elevar a qualidade legislativa. Ao mesmo tempo, há que criar mecanismos de diálogo a nível do topo, para que o presidente da AL, o Chefe do Executivo e os titulares dos principais cargos, que lidam com os trabalhos legislativos, consigam em conjunto definir os planos legislativos a curto, médio e longo prazos.

Por último, há que realçar que a definição de leis exige coordenação dos actos administrativos envolvidos. Se as autoridades não conseguirem aplicar eficazmente as leis, estas dificilmente conseguirão surtir os seus efeitos. Só quando as autoridades administrativas têm coragem de assumir responsabilidades e actuar é que as leis conseguem surtir os seus efeitos! As irregularidades praticadas pelos taxistas foram resolvidas sem ter havido lugar a qualquer revisão da legislação, situação que merece a nossa reflexão!

Face ao exposto, há que criar mecanismos de vistoria e fiscalização eficazes para avaliar a aplicação das leis. Trata-se de uma etapa importante para salvaguardar a dignidade das leis, aumentar a eficácia administrativa e reduzir a insatisfação da população!

## **IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 16.10.2015**

Hoje começa uma nova sessão da Assembleia Legislativa (AL), mas para o Governo chegou a fase final do trabalho governativo para 2015. Neste momento, os serviços públicos devem efectuar uma retrospectiva e o ponto de situação dos trabalhos realizados no âmbito das Linhas de Acção Governativa (LAG) definidas para o corrente ano. Devem questionar-se como é que estão a decorrer? Quantos projectos podem ser concretizados? Foram conseguidos os objectivos? É necessário detectar as insuficiências para a sua colmatação. Porém, se revirmos o trabalho do Governo no passado, é lamentável constatar que muitos projectos não têm sido implementados conforme o programa das LAG, havendo uma grande discrepância entre a sua realização e o que foi definido. Assim, é fácil verificar-se projectos ainda não concretizados devido a indecisão e a lentidão do trabalho dos responsáveis.

Começando hoje a nova sessão da Assembleia Legislativa, espero que o Governo reforce a sua governação, pelo menos nas seguintes áreas:

Primeiro, na actual situação de descida das receitas do jogo e de desaceleração da economia, o Governo deve reforçar o desenvolvimento a nível regional, assim como a diversificação económica, concretizando em Macau, quanto antes, o “plano quinquenal para a construção de um centro internacional de turismo e de lazer”, criando novas saídas nesta fase de desaceleração económica.

Em seguida, é necessário aumentar a capacidade de governação e de administração. Para isso, deve-se resolver de forma pragmática o problema do planeamento e da derrapagem orçamental nos grandes empreendimentos públicos; reforçar a competência da Assembleia Legislativa (AL) na fiscalização permanente das despesas orçamentais do Governo; consoante a capacidade dos dirigentes e a sua eficiência de trabalho, promover a sua elevação, e implementar quanto antes o regime de responsabilização dos dirigentes para reduzir as negligências e o descontrolo na governação, além de melhorar também o mecanismo de consulta de políticas. No relatório das LAG, o Chefe do Executivo refere a “reestruturação dos organismos consultivos”, a elaboração de um “estudo geral sobre a reorganização, a transferência e a fusão de atribuições e competências da estrutura administrativa” e o “aperfeiçoamento do mecanismo de cooperação interdepartamental, no sentido de aumentar a eficiência administrativa”. Mas até agora não se vê nenhum trabalho concreto nessas áreas.

Quanto à vida da população, deve proceder-se, rapidamente, ao aperfeiçoamento dos regimes sobre habitação pública, saúde e segurança social. Segundo as LAG, vai proceder-se à revisão plena das políticas e à coordenação dos trabalhos de definição de estratégias de longo prazo sobre habitação pública, haver um esforço para a criação de um sistema de segurança social de dois níveis e assumir-se uma atitude activa para estudar a anexação do FSS às receitas

financeiras. Quanto aos referidos trabalhos, há que facultar, rapidamente, planos concretos aos cidadãos, para evitar que os “quatro mecanismos eficientes de longo prazo” defendidos pelo Governo venham a transformar-se em cheques em branco, o que poderá causar a indignação dos cidadãos e afectar a credibilidade do Governo.

Hoje, posso apenas usar algumas palavras simples para expressar os meus desejos, mas cada ponto que defendo está relacionado com matérias importantes que têm implicações na vida da população e na estabilidade social a longo prazo. Espero que o Governo e os seus membros ajam com pragmatismo para concretizar as políticas das LAG, e sirvam melhor os cidadãos para alcançar o objectivo ideal de criação de um Governo íntegro.

## **IAOD da Deputada Chan Hong em 16.10.2015**

A integração de Macau na política “uma faixa, uma rota” traduz-se não só numa oportunidade, mas também num desafio. Por Macau ter características culturais marcadamente orientais e ocidentais, e por outrora ter tido a figura de relevante porta da rota marítima da seda, esta integração pode contribuir para dinamizar a diversificação adequada da economia e para a sua afirmação como Centro Mundial de Turismo e de Lazer. Essa participação reveste-se, pois, de grande importância.

No 4.º Fórum de Economia de Turismo Global, o Governo da RAEM afirmou pretender articular-se activamente com a estratégia “uma faixa, uma rota”, maximizando, por um lado, o vector da rota marítima da seda e, por outro, promovendo as sinergias da cultura e turismo, de forma a dinamizar plenamente a diversificação adequada da economia. Durante o evento, a OMT (Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas) e o Governo da RAEM assinaram um memorando de cooperação, no sentido de criar em Macau um Centro Mundial de Educação e Formação de Turismo para proporcionar cursos de educação e formação, desenvolver projectos de investigação, e organizar estágios profissionais e oportunidades de empregos. Isto para elevar as qualificações em geral dos recursos humanos na área do turismo e reforçar a competitividade de Macau, enquanto destino turístico.

Para agarrar a oportunidade de “uma faixa, uma rota” para levar Macau a afirmar-se como Centro Mundial de Turismo e de Lazer, é necessário haver quadros qualificados. Macau acolhe anualmente 30 milhões de visitantes, havendo assim uma grande necessidade de pessoal em postos na indústria terciária. Macau dispõe actualmente de 9 instituições de ensino em que são disponibilizados 33 cursos de ensino profissional para um universo de pouco mais de mil e quatrocentos alunos. Com essa deficiência, e não estando a lei de ensino profissional ainda revista, a primeira coisa a fazer para concretizar os planos integrados na estratégia “uma faixa, uma rota” é formar e ter em reserva pessoal qualificado. Além disso, há que haver inovação, no sentido de elevar os apoios jurídicos e humanos, e na formação de pessoal docente, bem como acelerar a credenciação das qualificações técnico-profissionais, fomentar a cooperação do ensino técnico-profissional entre Guangdong e Macau, de forma a maximizar cada qual as suas vantagens, e elevar o nível do ensino.

## IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 16.10.2015

No debate das Linhas de Acção Governativa (LAG) para a área da Economia e Finanças, de Março deste ano, o Secretário Lionel Leong referiu a necessidade de reforçar o apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas na promoção do comércio electrónico, para ajudá-las a desenvolver os seus negócios e a proporcionar-lhes um rumo de desenvolvimento, iniciativa que vai ao encontro da política de diversificação da estrutura económica, na qual o Governo tem insistido ao longo dos anos. Recorrer ao comércio electrónico já se tornou, de facto, uma tendência para as empresas da região da Grande China na procura de oportunidades de negócios e de cooperação económica, sendo certo que esse tipo de comércio tem potencialidade para se desenvolver a longo prazo. No ano passado, realizou-se uma pesquisa junto das PME, com vista a conhecer a situação de aplicação do comércio electrónico em Macau, e verificou-se que a taxa da sua aplicação foi apenas de 28%. Segundo o resultado dessa pesquisa, a situação de aplicação do comércio electrónico em Macau é menos satisfatória em comparação com o Interior da China e Hong Kong, e isto deve-se, principalmente, ao facto de o desenvolvimento do comércio electrónico depender não só dos outros sectores como também do apoio técnico do pessoal dessa área. Nos últimos anos, Macau tem estado limitado pela escassez da oferta de recursos humanos, pela dimensão do mercado e pela insuficiência na interligação de informações, o que dificulta o desenvolvimento do comércio electrónico. O resultado da referida pesquisa não é encorajante, mas revela que há grande potencialidade e margens para o futuro desenvolvimento do comércio electrónico em Macau.

A promoção do desenvolvimento de uma nova indústria depende, em grande parte, do apoio do Governo às políticas de longo prazo e ainda das novas ideias do sector. Em Macau, não existem condições básicas favoráveis para o desenvolvimento do comércio electrónico: as informações fornecidas à população são repetidas, por falta de uma plataforma para a sua integração, perdendo assim as suas funções principais. Sugiro ao Governo que assuma a liderança para incentivar as PME a utilizarem o comércio electrónico, por exemplo, ao impulsionar o turismo, pode dar uma nova embalagem à imagem de Macau enquanto cidade turística através da digitalização, nomeadamente, com a integração de sistemas de informação existentes para permitir aos visitantes acederem a informações turísticas, de forma conveniente e rápida. Note-se que esta plataforma não serve só para divulgar informações, mas também disponibiliza um sistema de ligação às PME. Estas podem apresentar aos clientes e turistas os seus produtos e serviços, e ainda efectuar as transações através de um centro disponível nessa plataforma, que deve ter uma interface simples e conseguir satisfazer as necessidades dos utilizadores. O bom funcionamento da plataforma em causa pode contribuir para atrair mais PME e utilizadores, permitindo, assim, o desenvolvimento do comércio electrónico. Para além disso, algumas PME depararam-se com problemas nos procedimentos aduaneiros durante o transporte de mercadorias e precisaram de tratar de formalidades complicadas junto de vários serviços públicos, como a

Direcção dos Serviços de Economia e a Alfândega, por isso, a eficiência de trabalho foi afectada, e a intenção de outras empresas de utilizarem o comércio electrónico foi, então, eliminada. Como o comércio electrónico está ainda numa fase inicial, sugiro aos serviços públicos que, ao promovê-lo, cooperem mutuamente e procedam à simplificação dos procedimentos administrativos, de maneira a facilitar o desenvolvimento do comércio electrónico nas PME.

De acordo com as experiências de outras regiões sobre o comércio electrónico, as transacções ao abrigo desta plataforma acarretam uma conjuntura de uma “vitória em 3 vertentes”. Para as PME, esta é uma via barata e rápida para contactar os clientes, e disponibilizar uma rede comercial aberta e grande, tal como podem publicitar facilmente os seus produtos e abrir ilimitadamente as suas oportunidades de negócio. Mais, o comércio electrónico pode alterar os métodos tradicionais de venda dependente de recursos humanos e a simplificação da plataforma electrónica facilita os procedimentos administrativos, diminuindo assim os custos das PME. Com as políticas de apoio do Governo, os turistas podem receber e filtrar as informações do seu interesse e, ao mesmo tempo, através desta plataforma, conseguem aceder aos produtos e serviços de forma mais rápida, aumentando assim as receitas das PME e dos lojistas tradicionais. Com a criação desta plataforma, o Governo vai conseguir ter o número concreto de visitantes, dar informações atempadas e redireccionar os turistas. Se conjugarmos o comércio electrónico e a indústria do turismo, vamos conseguir desenvolver uma conjuntura de mútuo apoio e benefícios, pois, por um lado, sai reforçada a posição de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e, por outro, a referida plataforma estará ao dispor dos vários sectores e utentes, beneficiando o desenvolvimento diversificado da economia.

## IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.10.2015

O vencedor do Prémio Nobel da Economia deste ano é Angus Deaton, cujos estudos podem trazer inspirações significativas face à realidade de Macau. Ao recordar a sua teoria de pobres e ricos, pode-se definir melhor a situação de dilema das camadas mais desfavorecidas e da classe média. A raiz principal desta situação prende-se ao facto de a riqueza desaproveitada gerar maiores proveitos e de forma mais rápida do que o aumento dos rendimentos do trabalho. As disparidades entre pobres e ricos têm sempre a ver com um mau governo, que deixa a riqueza desaproveitada contribuir para agravá-las. É um exemplo vivo o facto de se deixar em paz os terrenos desaproveitados sem se assumir a responsabilidade de proporcionar habitações públicas suficientes. Independentemente de quão mal está o mercado, o preço das casas de luxo não vai sofrer quedas significativas, pois os respectivos terrenos foram concedidos a preço da chuva e, assim, o encargo é muito leve. Esta é a realidade em que a riqueza desaproveitada quebra as leis do mercado! Recordando a referida teoria, a oferta e o regime da habitação económica de Macau devem ser atempadamente corrigidos!

O Governo procedeu a um sorteio para a distribuição de 1900 fracções de habitação económica. Entre os mais de 42 600 candidatos, acima de 40 000 ficaram desiludidos e não sabem quanto tempo vai levar para chegar à sua vez. O Governo deve, pelo menos, divulgar a calendarização de um sorteio para distribuição de habitação económica e a respectiva oferta, com vista a tranquilizar a população. Mas os governantes esquivam-se totalmente das suas responsabilidades!

Este sorteio para habitação económica foi ridículo: foram sorteadas 1900 fracções para mais de 40 000 famílias, assim, para as restantes, é sem dúvida uma grande mágoa; mais de 40 000 famílias concorreram a um sorteio de acordo com a graduação, mas de facto 39 000 não foram contempladas, o que é ainda mais ridículo; são agregados familiares nucleares com idosos ou deficientes, famílias com 4 ou mais membros, que podem fazer parte do sorteio. Mas entre as 1900 fracções proporcionadas mais de 800 são T1. Se uma família com 4 ou mais membros for forçada a desistir da casa, por não conseguir encaixar-se nela, vai ficar louca. Depois, o Governo pode dizer que afinal os candidatos a habitação económica não têm necessidades prementes, porque há famílias que até desistiram da casa mesmo com tanta sorte em consegui-la...

Se fosse o antigo regime de pontuação, isto nunca iria acontecer - forçar uma família com 4 ou mais membros a comprar um T1. Segundo a resposta do Governo, em Setembro, a uma interpelação minha, há dificuldades em recuperar o regime de pontuação, pois o respectivo tempo para a apreciação e ordenação é relativamente longo, havendo as preocupações de se atrasar o acesso a habitação para os candidatos elegíveis e de a fila de espera continuar a

acumular-se. Mas, após o dia 5 de Outubro, mais de 40 000 famílias candidatas também ficaram à espera e sem prazo traçado. O que impede o acesso a uma casa para as famílias elegíveis é a oferta insuficiente de habitação económica.

Segundo a referida resposta, o Governo prometeu acompanhar os seguintes procedimentos legais relativos ao antigo projecto do “La Scala”, envolvido em corrupção, com vista a proceder, quanto antes, ao devido planeamento. Prometeu também avançar com a acção de despejo para os 18 terrenos com declaração de caducidade, para se poder, depois de estes serem recuperados, ter em consideração a articulação com a política de habitação pública, conforme a localização, área e configuração dos mesmos.

No meu entender, desde que o Governo mobilize, com determinação, os recursos de solos, conseguirá resolver os problemas da acumulação constante de uma fila de espera e recuperar o regime de pontuação. O Governo deve, nas suas políticas, traçar o seguinte: construir habitações económicas com a recuperação dos terrenos desaproveitados e envolvidos em corrupção, ter em conta os Novos Aterros para uma suficiente oferta de habitação económica e recuperar o regime de pontuação para haver um prazo de espera por parte dos candidatos elegíveis, quer de habitação económica quer de habitação social. Quanto à lista de mais de 40 000 candidaturas, deve-se proceder à sua plena apreciação, para verificar a elegibilidade das famílias candidatas, de modo a preparar melhor para uma eventual recuperação do regime de pontuação na ordenação, quando a oferta de habitação económica for suficiente.

## **IAOD do Deputado Au Kam San em 16.10.2015**

### **Temos de livrar-nos de um pequeno grupo de indivíduos para que a distribuição da habitação pública volte aos trilhos**

O Governo pensa que já envidou todos os esforços na distribuição das habitações públicas, mas a medida que lançou deixou-o numa situação complicada, isto é, de inimigo da população. De facto, é uma pena!

Com a criação da política de habitação pública nos anos oitenta do século passado, o Governo de então definiu um regime de pontuação do qual constavam oito factores: as condições de habitabilidade (incluindo o tipo de casa em que se vivia, o número de anos do edifício, a coabitação com outros agregados familiares e a taxa de ocupação média), o tempo de residência em Macau, o rendimento do agregado familiar e a presença de idosos ou portadores de deficiência na família, entre outros. Este regime tem funcionado bem e dado bom resultado.

Em 2010, com a revisão da Lei da habitação económica, a pontuação foi alterada para sorteio mas o Governo não conseguiu apresentar uma justificação para isso. Mais, atendendo à escassez de habitação pública, devem satisfazer-se em primeiro lugar as necessidades habitacionais dos grupos mais vulneráveis, por isso, o regime de pontuação é o meio mais eficaz para as famílias, que vivem em más condições e têm baixos rendimentos e idosos ou portadores de deficiência, conseguirem ficar à frente na lista de espera por via da pontuação, deixando-se assim para trás as famílias com menos necessidades. O regime de pontuação pode dar prioridade às necessidades reais, não é assim? Mas ao fazer depender tudo da sorte no sorteio, pode acontecer que os mais carenciados não tenham sorte e que esta recaia sobre os candidatos com menos necessidades. Isto é absolutamente contrário ao princípio da racionalização dos recursos públicos.

Atendendo ao conservadorismo do Governo, quando os regimes são eficazes não são revistos à toa, neste caso só há lugar a revisão porque estão envolvidos grandes interesses.

Na sua política de habitação, o Governo refere que a habitação social assume um papel principal e a económica um papel secundário, utiliza como critério este tipo de diferenciação incorrecta. É óbvio que a procura é muito maior no caso da habitação económica do que na habitação social, então, porque é que aquela é entendida como secundária? O Governo esclareceu que isso não depende da quantidade mas sim da necessidade de habitações sociais, por forma a garantir que algumas camadas sociais possam ter uma habitação social. Porém, no que respeita à habitação económica, só de vez em quando é que o Governo a disponibiliza, e não garante que todos os candidatos consigam aceder a uma. Por causa deste raciocínio é que agora existe um sorteio em vez de ter de se aguardar em lista de espera ordenada por pontuação. O regime de pontuação significa que o Governo vai ter de atribuir uma habitação económica ao candidato qualificado

em lista de espera, mas como a habitação económica passa a assumir um papel secundário, o Governo não assume quaisquer responsabilidades se os candidatos não conseguirem comprar uma habitação. Ou seja, sempre que há sorteio acaba a lista de espera, por outras palavras, se a pessoa for sorteada tem sorte, se não o for tem azar e o Governo não tem de assumir quaisquer responsabilidades por incumprimento de promessas assumidas.

O Governo recusa-se a assegurar a oferta de habitação económica, obrigando os cidadãos que não conseguiram aceder a uma a cair na armadilha dos construtores, isto é, passarem a ser escravos da casa. Isto deixa-nos indignados! Esta situação é o resultado inevitável de um sistema político em que o Chefe do Executivo é eleito por um pequeno círculo, composto principalmente por empresários. Assim, o Governo entretanto formado vai, sem qualquer dúvida, defender ao máximo os interesses do sector imobiliário, mesmo que isso prejudique os cidadãos.

O grupo de pessoas com interesses adquiridos nunca imaginou que a Lei da Habitação Económica fosse considerada perniciosa e provocasse tão grande indignação social. Foram mais de 42 000 as famílias que se candidataram a apenas 1900 fracções, portanto, mais de 40 000 estão condenadas à exclusão. Essas famílias representam mais de cem mil pessoas, todas elas acabaram indignadas, e o Governo acabou por criar problemas para si próprio. Se o Governo insiste no regime de sorteio, está a cometer um “suicídio político”, prejudicando os princípios “Macau governado pelas suas gentes” e “um país dois sistemas”.

É impossível para o Governo concretizar, de um dia para o outro, a meta de “um lar para todos”, e os cidadãos aceitam isso, no entanto, deve, pelo menos, assegurar uma oferta razoável de habitação pública, e garantir um prazo razoável de espera aos que não foram seleccionados, assim, estes podem prever o tempo necessário para conseguirem um lar e planear bem a sua vida, esforçando-se no seu trabalho e no desenvolvimento da sua carreira profissional.

Para concretizar tudo isto, o Governo tem de livrar-se das interferências tanto do pequeno círculo como do grupo de interesses adquiridos, mobilizando os recursos para construir habitação económica e social em número suficiente e concebendo um novo regime de pontuação para a candidatura à habitação económica, por forma a que os cidadãos saibam claramente com o que contam e possam, por conseguinte, ficar descansados.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2015

### **Face à queda das receitas fiscais, o Governo deve planear, quanto antes, medidas de resposta às mudanças económicas**

Em Setembro de 2015, as receitas do jogo caíram para 17 133 milhões de patacas, aproximando-se da linha de alerta. Apesar de o Governo ter aplicado medidas de austeridade para poupar cerca de 1,4 mil milhões de patacas<sup>1</sup> no orçamento anual, face à queda das receitas do jogo, os seus efeitos são limitados. O Governo tem reiterado que «mesmo com as medidas de austeridade, não vai haver cortes nas despesas com a assistência social, educação, cuidados de saúde e segurança social»<sup>2</sup>. No entanto, devido à constante pressão causada pela recessão económica no Interior da China e à instabilidade das condições económicas no exterior, é previsível que a economia local continue a ser influenciada. Não é certo que as receitas do jogo voltem a subir, podem mesmo continuar a encolher.

Assim, proponho ao Governo o seguinte: além de exortar os serviços públicos a economizarem, nomeadamente nas missões oficiais, obras de remodelação e serviços de investigação considerados desnecessários, publicidade, convívios e lembranças, o Governo deve definir directrizes e objectivos de poupança de longo prazo e rever as despesas correntes para identificar possibilidades de mais cortes, evitando o despesismo. Ao mesmo tempo, o Governo deve acelerar a promoção do governo electrónico, reavaliando os recursos humanos, procedimentos administrativos e o uso desnecessário de papel. Estas medidas não só podem facilitar a vida aos cidadãos e poupar o erário público, mas também vão ao encontro do princípio de protecção ambiental. O Governo pode ainda exigir aos serviços públicos a poupança de determinada percentagem das despesas, através da integração das tarefas e da simplificação dos procedimentos desnecessários, melhorando a eficiência.

2. Nestes últimos anos, têm-se registado gastos excessivos com as várias obras públicas, por isso, exijo ao Governo que termine, quanto antes, a elaboração da Lei de enquadramento orçamental, com vista a reforçar a fiscalização da utilização dos recursos financeiros nas obras públicas e elevar a transparência ao nível da elaboração e execução orçamental, a fim de facilitar o exercício das atribuições de fiscalização à Assembleia Legislativa e reforçar a fiscalização externa, em prol da utilização racional do erário público.

3. As medidas de beneficência imutáveis, prometidas pelo Governo, não incluem, por exemplo, as subvenções das tarifas de autocarro e o plano de comparticipação pecuniária. Nesta conjuntura de recessão socioeconómica em que se implementam políticas de plena contenção de despesas, proponho ao

---

<sup>1</sup> «Arranque das medidas de austeridade em relação às despesas públicas pelo Governo da RAEM», sítio web do Gabinete de Comunicação Social, 1 de Setembro de 2015

<sup>2</sup> «Secretário Leong Vai Tac: não haverá austeridade», Jornal Ou Mun, A03, 30 de Junho de 2015

Governo que estabeleça mecanismos eficientes de longo prazo para a implementação de medidas de beneficência, assumindo a promessa de não alterar nenhuma das regalias da população, garantindo e reforçando, ao máximo, a sua qualidade de vida.

4. O Governo deve criar indicadores de alerta para a nova ronda de medidas de contenção e os respectivos mecanismos de resposta, a fim de se preparar, quanto antes, para a definição de medidas que tenham em conta as futuras mudanças económicas, matérias estas que devem fazer parte do Relatório das LAG. O Governo deve proceder a estudos para saber como é que pode rentabilizar efectivamente as reservas financeiras disponíveis e definir planos de longo prazo, em prol do desenvolvimento estável e a longo prazo de Macau.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 15.10.2015

O envelhecimento da população de Macau não é apenas um problema demográfico e social, é também económico, uma vez que a fonte de rendimento dos idosos é um problema fundamental. Por isso, é importante saber quais são as principais fontes, para definir a prestação de cuidados aos idosos e respectivas políticas.

Neste momento, são poucas as fontes de rendimento da maioria dos idosos, ou seja, estes dependem essencialmente da família. Segundo um estudo de 2004, mais de 60% dos idosos são suportados pelos filhos, por outras palavras, a família continua a ser a principal fonte económica dos idosos, e à medida que a idade avança, a independência económica é cada vez mais fraca e necessitam cada vez mais da família e da sociedade. O quarto pilar do Modelo de Segurança Económica dos Idosos, o *“family and inter-generational support for elderly”*, apresentado pelo Banco Mundial em 2005, realça os cuidados a prestar aos membros da família durante a terceira idade. Não podemos ignorar o agravamento do envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade, assim como o facto de ser cada vez mais raro serem as famílias a tratar dos seus idosos, pois neste momento, um casal tem de suportar quatro idosos em simultâneo. Portanto, isto é um desafio para os filhos, saber se conseguem suportar economicamente a sua própria família e, ao mesmo tempo, os seus idosos.

A pensão para idosos é, a seguir ao dinheiro dos filhos, a segunda fonte de rendimento dos idosos de Macau. Segundo as actuais políticas, o Governo da RAEM atribui aos idosos elegíveis dois benefícios pecuniários, a pensão e o subsídio para idosos, benefícios que são sustentados, essencialmente, pelas dotações do Governo, o que significa que estão dependentes da sua situação financeira. Veja-se o exemplo do FSS (Fundo de Segurança Social), em que mais de 80% das despesas de 2014 dizem respeito à pensão para idosos. No relatório do estudo demográfico de Macau refere-se que a diferença entre as receitas e as despesas do FSS irá ser cada vez maior, mesmo que o montante dos benefícios se mantenha. Portanto, recorrer ao aumento das despesas com os benefícios sociais, ou seja, “ao método de transferência”, para fazer face às questões económicas da população idosa, poderá gerar eventuais injustiças, e mais ainda, poderá mesmo sacrificar os recursos económicos da RAEM.

O Sr. Chefe do Executivo afirma no programa político de 2014 e no relatório das LAG para 2015 que vai prestar elevada atenção à tendência de envelhecimento da sociedade e cuidar plenamente dos idosos. Mas ainda existem diversos problemas quanto à protecção da situação económica da população idosa. Macau está numa fase de transferência económica e, à medida do envelhecimento da sociedade, enquanto realidade inevitável e objectiva, vai ter de conhecer bem a tendência do envelhecimento social e os prejuízos deste para a economia. De facto, já no relatório das LAG para 2013, o Governo sugere a criação de um mecanismo eficaz a longo prazo para a segurança social,

sustentado por cinco pilares: primeiro, o apoio económico e social do Governo; segundo, a pensão para idosos do FSS; terceiro, a previdência central; quarto, fundos de pensão privados e poupança; e quinto, o sustento por parte da família. Ainda não temos o segundo e o terceiro pilares, ou seja o sistema de segurança social de dois níveis, portanto, o Governo deve criar e aperfeiçoar o referido sistema, e promover, em conjugação com a realidade de Macau, inquéritos sobre a protecção económica à população idosa. Poderá pensar-se em incentivar o sector respectivo a lançar novos produtos de seguro, poupança e rendas anuais vitalícias, para se conseguir atingir o objectivo do pleno apoio aos idosos, senão, o mecanismo eficaz de longo prazo para a segurança social não vai passar do discurso.

## **IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.10.2015**

### **Há que ter determinação quanto à reconstrução dos bairros antigos**

O Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, criado em 2005 e com gabinete provisório no Bairro de Iao Hon, cujos membros foram nomeados pelo próprio Chefe do Executivo, responsabilizou-se pela proposta de lei e pela recolha das opiniões sobre o reordenamento dos bairros antigos. A sua criação, na altura, foi factor de esperança para os residentes, nomeadamente, os dos bairros antigos. O Conselho realizou bastantes trabalhos, mas depois da retirada da proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos, saiu do palco da história, deixando a sociedade desapontada.

Por exemplo, em 2005, foram incluídos no plano de reordenamento do bairro antigo de Iao Hon 7 edifícios - o Edf. Kat Cheong, Edf. Mau Tan, Edf. Hong Tai, Edf. Heng Long, Edf. Man Sao, Edf. Seng I e Edf. Son Lei, no entanto, esse plano foi adiado várias vezes devido a questões de propriedade e à falta de legislação complementar.

Os cidadãos levantam várias dúvidas: “O Governo de Hong Kong conseguiu implementar a política “Terras de Hong Kong para as gentes de Hong Kong”, mas o Governo de Macau não conseguiu. Porquê?”, “a reconstrução de Iao Hon foi proposta há mais de 10 anos, e já se realizaram inúmeras investigações, entrevistas, colóquios, reuniões e workshops, no entanto, nada foi feito em relação à reconstrução”. Alguns cidadãos ficam logo zangados quando ouvem falar de reconstrução, pois pensam que o Governo está a enganá-los.

O Governo recorreu ao conceito “renovação urbana” para substituir o “reordenamento dos bairros antigos”. Perante isto, a sociedade tem esperança e, ao mesmo tempo, dúvidas, pois não sabe se é apenas uma alteração de designação ou se vamos ver avanços. Seja qual for a designação, o mais importante é resolver questões como o direito de propriedade e a compensação em caso de demolição, e tudo isto depende da determinação e do planeamento do Governo. Se este não assumir uma atitude proactiva, o reordenamento dos bairros antigos não vai ser concretizado mesmo depois de passados 10 anos.

Segundo o relatório de estudo da política demográfica, no final de 2014 a população de Macau ascendia a 636 mil pessoas, prevendo-se que em 2020 chegue às 710 mil. O aumento constante da população e a aceleração do seu envelhecimento destacam ainda mais problemas como a sobrelotação populacional, a habitação e a insuficiência de espaços e instalações públicas. Além disso, o grave envelhecimento dos edifícios e a situação ambiental e sanitária nos bairros antigos preocupam muitos cidadãos e estão na origem de infiltrações de água e pragas de ratos.

Para além da má higiene, o maior problema para os idosos que vivem nos

edifícios antigos do bairro Iao Hon é a falta de elevadores, pois os que têm dificuldades de mobilidade não conseguem subir escadas e, assim, só lhes resta ficar presos em casa todo o dia. Portanto, anseiam mudar, rapidamente, para um edifício com elevador. Se o reordenamento dos bairros antigos continuar a demorar, estes idosos nem sequer podem candidatar-se à habitação social porque já possuem imóveis.

É necessário implementar a renovação urbana para melhorar as condições de habitabilidade e responder ao aumento demográfico e às necessidades de melhoria do ambiente dos bairros antigos, que é mau.

Já se chegou ao consenso de que deve ser o Governo a assumir a liderança na implementação daquela política. Segundo o Chefe do Executivo, o Governo será responsável pelos futuros trabalhos de reordenamento dos bairros antigos, e vai iniciar o trabalho legislativo com a maior brevidade possível, assim como vão ser construídas fracções provisórias nos novos aterros. No entanto, já passou um ano e a nova proposta não avançou, não existe nem período de consulta nem calendário, e não se sabe quando vai ser criado o Conselho de renovação urbana.

Segundo alguns académicos, os governantes devem olhar para o passado e presente do desenvolvimento urbano, mas também para o futuro. Como vai ser Macau no futuro? O Governo deve dispor de um plano a longo prazo para o desenvolvimento urbano, e a população também precisa de saber se as condições de vida vão ser melhores daqui a cinco anos.

Para o desenvolvimento urbano, o mais importante é haver compromissos e determinação. A renovação urbana exige, em primeiro lugar, determinação do Governo, é ele que a deve promover, não é preciso esperar por um conselho de renovação urbana nem as responsabilidades devem recair unicamente sobre este órgão. A população quer saber quanto tempo vai demorar o estudo sobre a renovação urbana. Quando é que pode entrar em vigor a legislação respectiva? Existe algum método eficaz para acelerar o estudo e a entrada em vigor das leis? Espera-se que o Governo seja determinado e aproveite bem os estudos efectuados pelo Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos ao longo dos últimos dez anos, e que, com base neles, elabore um plano de trabalho, de modo a dar uma justificação à sociedade.

## IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 16.10.2015

Uma observação da evolução dos dados recentes sobre os sectores do turismo, jogo e venda a retalho, em conjugação com o fraco ambiente económico geral, confirma que Macau entrou numa nova fase económica depois de um rápido desenvolvimento. Porém, felizmente, segundo as afirmações recentes do Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, o estado financeiro do Governo é muito firme e não há necessidade de tomar neste momento medidas mais austeras, mas mesmo assim apelou aos serviços públicos para, em matéria financeira, serem prudentes e manterem as despesas dentro dos limites das receitas.

Se se pretende que Macau venha a entrar num outro ciclo decenal dourado, então é necessário aproveitar de mão dadas as oportunidades da presente mudança, isto é, durante esta fase de “descanso”, deixar o Governo recuperar a sua força, e analisar e resolver as questões decorrentes do rápido desenvolvimento, nomeadamente, quanto à definição expressa de um regime que regule o “alargamento das fontes e a poupança de recursos”, bem como os respectivos princípios. Há que aproveitar ainda os mecanismos de fiscalização existentes na sociedade e no próprio ordenamento, e agir com a mesma vontade para colmatar as dificuldades, pois só assim é possível empurrar Macau para um novo patamar.

Quanto ao “alargamento das fontes”, é preciso agir para alcançar os objectivos de “lançar certamente a flecha para atingir o alvo e de procurar verdadeiras fontes”. Há que ter paciência para apoiar as novas indústrias e elaborar, no pressuposto de fortalecer as tradicionais, um plano de desenvolvimento económico e os seus objectivos. Além disso, é necessário efectuar estimativas relacionadas com os novos postos que vão ser criados e com o valor potencial das receitas fiscais. Ao mesmo tempo, é necessário rever o regime fiscal vigente para a diversificação das fontes e a consolidação das receitas, o que não se pode menosprezar.

Quanto à “poupança de recursos”, é necessário controlar as despesas. Primeiro, há que promover, sistematicamente, a simplificação dos serviços públicos, assunto que já conquistou o apoio da sociedade, e também alargar o âmbito e aprofundar o Governo electrónico. Para além do melhoramento dos serviços prestados ao público, esta simplificação poderá contribuir para evitar a contratação desnecessária de trabalhadores e, em consequência, alcançar o resultado de controlar as despesas e a quantidade de funcionários. No que toca às obras públicas e aos investimentos nas infra-estruturas, é possível pensar em estabelecer um mecanismo centralizado para a entidade decisória nesta matéria conhecer claramente os resultados que os diferentes serviços públicos e as obras públicas de pequena e grande envergadura venham a produzir, para mais tarde se avançar, segundo a premência e consoante o estado financeiro do Governo, com as obras ou investimentos. Além disso, o aproveitamento ao máximo da equipa de

funcionários, dos conselhos consultivos e dos trabalhos de consulta pública é crucial e inevitável para a poupança de recursos.

Em suma, o Governo e a população devem estar conscientes de que o desenvolvimento escalonado é apenas uma etapa, uma vez que sabemos que só a mudança é a verdadeira regra de ouro. O “alargamento das fontes e a poupança de recursos” é uma regra tradicional que deve ser promovida regularmente e regulada através de regime. É necessário ainda averiguar o ponto de situação da prossecução dos objectivos e introduzir ajustamentos adequados em tempo oportuno. Está-se em crer que isto poderá ajudar o Governo e os diversos sectores a adaptarem-se às regras económicas que funcionam continuamente. O último ciclo durou 15 anos, mas quanto tempo vai durar o próximo? Isto é realmente um exame à inteligência dos dirigentes e da população!